

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Foco de denúncias, Angra 3 é prioritária para Bolsonaro	2
Título: Governo vai propor divisão de recursos do petróleo com estados.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Estatais distribuíram lucro em ano de prejuízo.....	4
Título: Trombada com a realidade	6
Título: Choque de energia	7
Título: Juiz recusa plano de recuperação da Queiroz Galvão Energia	9
Título: Produtores mantêm altos os preços do petróleo	9
Título: Ganhos e perdas do Brasil nos EUA.....	10
VEÍCULO: O Globo	13
Título: Punido o posto da Lava-Jato	13

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 23/03/2019****Seção: Poder****Autor: Nicola Pamplona****Título: Foco de denúncias, Angra 3 é prioritária para Bolsonaro**

Iniciada há 35 anos, construção é vista como estratégica pelo atual governo

Rio de Janeiro- Iniciada há 35 anos e foco de diversas denúncias de corrupção, a construção da usina nuclear de Angra 3 é considerada uma das prioridades da área energética do governo Jair Bolsonaro, comandada por um almirante que fez carreira no setor.

O governo espera definir até meados do ano um modelo de atração de sócios privados para contribuir com os R\$ 15 bilhões que faltam para concluir as obras. A previsão atual de entrada em operação é 2026.

O projeto já consumiu R\$ 9 bilhões e o governo defende que a desistência custaria outros R\$ 12 bilhões com equipamentos, financiamentos e outros contratos. “É um projeto prioritário”, disse na quinta (21) o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Ele falou à imprensa antes da prisão do ex-presidente Michel Temer por suspeita de corrupção em contratos da usina. Nesta sexta (22), evitou a imprensa na saída de reunião com executivos no Rio.

Também presente à reunião, o presidente da Eletronuclear, Leonam Guimarães, disse que o governo deve iniciar no mês que vem pesquisa de mercado sobre o melhor modelo para atrair sócios privados.

Ele citou como alternativas a busca por um sócio para a estatal ou apenas para a usina ou um contrato de construção que garanta fatia da receita futura do projeto. Segundo executivos, empresas da China, França, EUA, Coreia e Rússia demonstraram interesse.

A continuação das obras é vista como estratégica pelos militares, sob o argumento de que é fundamental para o projeto brasileiro de dominar o ciclo de produção de combustível nuclear — atualmente, o país precisa contratar no exterior parte dos serviços.

No mercado, porém, há dúvidas com relação à continuidade. Estudo divulgado em 2018 pela consultoria PSR concluiu que caso a usina fosse substituída por projetos de energia solar no Sudeste os consumidores economizariam R\$ 6,6 bilhões por 35 anos.

O governo Temer dobrou a tarifa da usina, para R\$ 480 por MWh (megawatt-hora), para viabilizar a retomada. O ministro de Minas e Energia, na época, era Moreira Franco, também preso na quinta.

Com potência de 1.405 MW, Angra 3 pode gerar mais de 12 milhões de MWh por ano, o suficiente para abastecer Brasília e Belo Horizonte por um ano.

Ela é parte de acordo assinado com a Alemanha em 1975, que previa a construção de três usinas nucleares na central localizada em Angra dos Reis, litoral sul do Rio. As duas primeiras, Angra 1 e 2, já estão em operação. A construção de Angra 3 foi iniciada em 1984, mas paralisada dois anos depois por falta de recursos.

Em 2007, o então presidente Lula decidiu retomar o projeto. Na época, os custos eram estimados em R\$ 7,2 bilhões (R\$ 13,4 bilhões em valores corrigidos) e o início das operações foi previsto para 2013.

Em outubro de 2015, as obras foram interrompidas novamente. A Eletronuclear e os construtores alegaram divergências sobre custos.

O projeto já estava no radar da Lava Jato: três meses antes, o então presidente da estatal, almirante Othon Luiz Pinheiro, havia sido preso por suspeita de favorecimento de empreiteiras. Em 2016, ele foi condenado a 43 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, entre outros crimes. Pinheiro é um dos citados na denúncia contra Temer e Moreira Franco.

Em nota, a Eletrobras disse que os contratos relacionados à construção de Angra 3 foram objeto de investigação independente conduzida entre o início de 2015 e o final de 2018. A estatal diz que acompanha as ações decorrentes da Lava Jato para avaliar medidas adicionais visando o ressarcimento de perdas — até agora identificadas em R\$ 141,3 milhões.

Data: 23/03/2019**Seção: Mercado****Autor: Bernardo Caram****Título: Governo vai propor divisão de recursos do petróleo com estados**

O governo vai propor nas próximas semanas uma reestruturação do Fundo Social para que recursos da exploração de petróleo sejam divididos com estados e municípios, informou nesta sexta-feira (22) o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Em busca de soluções para a crise nos governos regionais e também de apoio dos governadores para a aprovação da reforma da Previdência, o governo já havia anunciado que vai apresentar uma medida para facilitar a concessão de empréstimos com garantia da União aos estados em troca de ajuste fiscal.

A segunda proposta, de acordo com o secretário, já está em discussão entre a equipe econômica e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Hoje, 100% dos recursos do Fundo Social ficam sob a guarda da União. Eles são provenientes da exploração de petróleo no pré-sal e são destinados, em parte, para investimentos em saúde e educação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/03/2019****Seção: Colunas****Autor: Alberto Bombig****Título: Estatais distribuíram lucro em ano de prejuízo**

Relatório produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que oito estatais, todas ligadas ao grupo Eletrobrás, distribuíram participação de lucros a seus funcionários mesmo tendo registrado prejuízo. O material foi produzido para um processo que consta na pauta da próxima quarta-feira e analisa os salários dessas empresas. Os números causaram tanto alvoroço que já há ministros procurando brechas na lei para enquadrar, ao menos aquelas cujos orçamentos dependam da União, no teto remuneratório do serviço público.

» Ralo. As abonadas foram a Eletronuclear, Ame, Ceal, AmGT, Cepel, Ceron CGTEE e EletroAcre. A justificativa foi de que o programa incluía outras metas e indicadores além do lucro.

» Abate. Segundo o relatório, caso todas as estatais se submetessem ao teto, a economia anual seria de R\$ 622 milhões e 4,7 mil empregados, ou 1,2%, teriam corte. Petrobrás e BNDES seriam os mais afetados.

» Cadê todo mundo? Com a crise na articulação política instalada, o medo dos governistas é de não ter nem mesmo os votos necessários para votar a reforma da Previdência na CCJ.

» Artilharia... Enquanto o Planalto bate cabeça, o Exército faz o dever de casa. O comandante militar do Sudeste, general Luiz Ramos, recebeu a bancada paulista ontem para conversar sobre o projeto de aposentadoria dos militares.

» ...pesada. “A única coisa que nos incomodou foi essa história de que a reforma só vai andar se a dos militares entrar primeiro. Por que essa imposição? E o Judiciário? E a do Legislativo?”, questionou Ramos.

» Diálogo. O encontro foi o primeiro de uma série que ocorrerá nos comandos regionais com as bancadas, e foi articulado pelo comandante do Exército, Edson Leal Pujol, para explicar e diminuir resistências.

» O argumento. O governo espera barrar a articulação do Congresso para derrubar o decreto de Bolsonaro que liberará turistas de vistos com números. O balanço recém-fechado revela que, só com o visto eletrônico, a entrada de canadenses cresceu 45% de 2017 para 2018.

» Zap-zap. Investigadores envolvidos na prisão de Michel Temer têm boa expectativa sobre o conteúdo que podem encontrar nos celulares apreendidos. Além do material armazenado na memória, apostam nas conversas flagradas pelas interceptações feitas pelo juiz Marcelo Bretas.

» Famoso quem? Na confusão da prisão de Michel Temer, na quinta-feira, o advogado Thiago Machado deu entrevistas como se integrasse a defesa do ex-presidente. Não integra e é apontado como próximo ao governador Ibaneis Rocha.

» CLICK. Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) é tietado no Chile, em viagem com o pai. No mesmo dia, o deputado deu declaração polêmica sobre uso da força na Venezuela

» Porteira fechada. Nome aventado pela bancada evangélica para assumir o Ministério da Educação, o senador e vice-líder do governo, Izalci Lucas (PSDB-DF), tem interesse no cargo, mas só se não tiver que dividir a Pasta com militares e com as indicações do escritor Olavo de Carvalho.

» Devagar. Nem o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) escapou da paralisação do MEC. Nos últimos anos, em março, o percentual de vagas preenchidas ficou, em média, em 20%. Este ano não chega a 5%, ou a mil inscritos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/03/2019

Seção:

Autor: Notas e Informações

Título: Trombada com a realidade

Ao congelar R\$ 29,79 bilhões de gastos federais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, cumpriu mais que o ritual seguido por seus antecessores, há muito tempo, em todo início de ano. Desta vez, a decisão envolve o reconhecimento de dois problemas interligados – uma situação econômica dramática e um quadro de muita incerteza política para o governo. O congelamento de gastos, conhecido no jargão oficial como contingenciamento, é parte da rotina administrativa. Por prudência, o governo contém as despesas nos primeiros meses de cada ano, enquanto espera sinais mais claros de como poderão evoluir de fato a atividade, a arrecadação e o dispêndio. Havendo espaço, o dinheiro vai sendo liberado. O ritual se repete a cada bimestre, sempre com avaliação dos novos indicadores econômicos. Há um duro choque de realidade na primeira revisão de 2019. A economia perdeu vigor no começo do ano, depois de um trimestre final muito ruim no ano passado.

O presidente eleito foi saudado com declarações de confiança desde antes do Natal, mas a melhora do humor de empresários e consumidores continua pouco perceptível nos indicadores da produção, do varejo e do emprego. Ao anunciar o congelamento de quase R\$ 30 bilhões, o Ministério da Economia informou também a piora de suas projeções para 2019. O crescimento estimado para o PIB caiu de 2,50% para 2,20%, aproximando-se da última projeção do mercado: 2,01%, segundo a pesquisa Focus, do Banco Central, divulgada segunda-feira. Além de reduzir o crescimento econômico esperado, o Ministério da Economia diminuiu a receita prevista e elevou a previsão da despesa. Houve um corte de R\$ 29,74 bilhões na receita projetada. Esse valor é a soma de três possíveis frustrações – R\$ 11,16 bilhões de arrecadação tributária, R\$ 6,73 bilhões de recolhimento previdenciário e R\$ 11,85 bilhões de recursos não administrados pela Receita Federal. Do outro lado das contas, houve elevação de R\$ 3,61 bilhões nas despesas primárias obrigatórias.

Esse é o resultado líquido de aumentos (folha de pessoal, por exemplo) e reduções (principalmente benefícios previdenciários). Além disso, a queda de preços do petróleo tornou aconselhável podar R\$ 11,61 bilhões do volume de royalties previstos. Também por prudência foram retirados R\$ 12,20 bilhões

classificados como receita de privatização da Eletrobrás. O valor poderá ser novamente incluído se houver mais segurança quanto à privatização. Não se tentará fortalecer a arrecadação com aumento da carga tributária, disse o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, ao apresentar os novos números. O governo, segundo ele, espera melhorar as contas com a volta do crescimento. A reforma da Previdência, admite, deve ser um dos fatores de dinamização da economia. Não há, no entanto, sinais de mobilização do governo para a mudança do quadro. Não se fala de estímulos a curto prazo nem se vê uma ação claramente coordenada para fazer avançar no Congresso a reforma previdenciária.

Muito menos animador, o espetáculo diário tem sido de hesitações, tropeços e desencontros. Sem pausa para acomodação dos ânimos, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, viu-se envolvido num desentendimento com o ministro da Justiça, Sergio Moro, e logo em seguida com o vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente da República. As ações da prole bolsonariana têm causado atritos, criado ressentimentos e dificultado o diálogo do Executivo com os outros Poderes, mas o chefe da família presidencial tem-se mostrado disposto a tolerar – e até, talvez, a incentivar – as desastradas peraltices. No governo Bolsonaro, a primeira revisão bimestral do Orçamento reflete bem mais que uma conjuntura adversa ou um ciclo econômico na fase de baixa. O ciclo, de fato, deveria ser de recuperação e, mais que isso, de aceleração. Mas o governo, sem rumo de médio e de longo prazos, sem agenda clara de promoção do crescimento, perdido em atritos, prejudicado pela filhocracia e sem uma base consolidada no Congresso, converteu-se numa trava à dinamização da economia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/03/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Choque de energia

Numa entrevista ao jornal Estado (10/3), o ministro da Economia afirmou que o País precisa de um choque de energia. Para isso é preciso reduzir o preço e promover mudanças no mercado de gás natural. Concordo com as declarações do ministro, mas temos de ter cuidado ao implantar essas políticas de modo a não apontar culpados ou favorecer algum agente em particular. Do contrário, corremos o risco de uma nova MP 579, que quebrou o setor elétrico, não reduziu as tarifas e teve o apoio de associações de grandes consumidores e de federações de indústrias. O primeiro choque é promover uma discussão sobre subsídios e carga de impostos. No caso da energia elétrica, o governo Temer acertadamente publicou um decreto pondo fim aos subsídios num prazo de cinco anos. Para

minha surpresa, a bancada ruralista tem pedido o fim do decreto. Quanto mais subsídios, mais cara será a tarifa.

Os impostos no setor de energia no Brasil têm caráter estritamente arrecadatório. Tanto o PIS-Cofins como o ICMS têm como principal e único objetivo aumentar as receitas da União e de Estados. Não faz sentido que serviços públicos como o de energia sejam usados com a finalidade principal de arrecadar impostos. O ICMS tem lógica para bebidas, cigarros, e não para energia. Nos EUA existe uma taxa estadual mínima, o que faz com que o preço da energia seja 1/3 o da brasileira. Hoje, subsídios e impostos são responsáveis por metade da conta de energia no Brasil. Se queremos baixar o preço da energia, temos de ter coragem de eliminar os subsídios e reduzir a carga de impostos. O setor de gás natural vive numa estagnação, não conseguindo ultrapassar 13% na matriz energética. Ao longo dos anos a maior tentativa para dinamizar o mercado foi a Lei do Gás, em 2009.

Do ponto de vista prático, nada aconteceu e o mercado continuou sem apresentar crescimento significativo. Estamos num momento muito interessante, como se estivesse ocorrendo uma confluência de astros. Se conseguirmos nos distanciar dos mitos e nos aproximarmos das verdades, poderemos encontrar um modelo de crescimento para o mercado brasileiro de gás. A agenda de curto prazo precisa ser trabalhada em três frentes. Primeiro, a regulatória; segundo, as privatizações da Petrobrás; e terceiro, aumentar a demanda com nova infraestrutura. Do ponto de vista regulatório, é preciso que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) envie ao mercado o mais rápido possível as resoluções que passaram a ter maior segurança jurídica com a publicação, no final do governo Temer, do Decreto 7.382/2010 (resoluções tratando da desverticalização, metodologia de entrada e saída dos gasodutos de transporte e códigos de rede).

É fundamental a criação de um operador independente de gás natural, tirando essa função da Petrobrás e garantindo, assim, maior multiplicidade de ofertantes e segurança na entrega do gás. O governo poderia mandar para o Congresso uma medida provisória criando o operador independente e acabando com o regime de concessão, trazendo de volta o da autorização. A função deste operador será semelhante à do ONS no setor elétrico. A infraestrutura precisa de investimentos para absorver o fluxo de gás do pré-sal e do gás natural liquefeito (GNL) importado. Sem novos terminais, dutos de escoamento, transporte, distribuição e novas Unidades de Processamento de Gás Natural, limitaremos a produção de petróleo do pré-sal e não estimularemos a demanda de gás em setores como o petroquímico, térmicas a gás e no transporte, substituindo diesel pelo GNL.

Com essas medidas, o mercado de gás entrará num ciclo virtuoso, com a chegada de mais investimentos em toda a cadeia, mais concorrência e,

consequentemente, redução de preços. O potencial de ampliação do mercado brasileiro de gás é enorme, tanto na oferta quanto na demanda, podendo gerar mais arrecadação por meio de royalties, além de empregos e investimentos. Mas é preciso haver serenidade e um bom diálogo entre todos os agentes, entendendo que todos vão gerar valor na cadeia do gás. Só assim teremos um preço do gás competitivo, sem artificialidades, e o principal beneficiário será o consumidor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/03/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Juiz recusa plano de recuperação da Queiroz Galvão Energia

Pedido de recuperação extrajudicial foi feito em novembro, mas vários credores questionavam a proposta

O juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2.^a Vara de Falências e Recuperações Judiciais, recusou ontem o plano de recuperação extrajudicial da Queiroz Galvão **energia** (QGE), que tem dívidas de R\$ 3,8 bilhões. O pedido de homologação havia sido feito no fim de novembro e vinha sendo questionado por alguns credores que não concordavam com a proposta. Na decisão de ontem, o juiz argumentou que as 36 empresas incluídas no plano de recuperação não podem ser consideradas um mesmo grupo e não são economicamente integradas, conforme alega a Queiroz Galvão **energia**. “As SPEs (Sociedades de Propósito Específico) têm contas correntes individuais, além de contabilizações e liquidações financeiras devidamente auditadas e totalmente independentes”, escreve o juiz, na decisão.

Ele entende que, exceto pela coincidência de algumas das sócias de cada complexo, “não há qualquer indício do alegado compartilhamento de pessoal, maquinário, uso compartilhado ou divisão por unidades nas SPEs”. Por isso, indeferiu o pedido de homologação do plano do grupo de **energia**, controlado pela holding Queiroz Galvão, que está envolvida na Operação Lava Jato. A empresa, que não quis falar do assunto, ainda poderá recorrer da decisão. Os pedidos de impugnações envolvem desenvolvedores de parques eólicos e fornecedores que ficaram de fora das negociações das dívidas. Ao contrário do que ocorre no processo judicial, numa recuperação extrajudicial o plano precisa ser assinado previamente por credores detentores de mais de 60% da dívida afetada.

Só depois disso é feito o pedido de homologação da recuperação. No caso, da QGE, a aprovação alcançou 68,2%. Com esse quórum, o plano passou a valer para

todos os demais credores. Pela proposta apresentada, uma das opções aos credores seria o pagamento de 2% da dívida após dez anos da homologação do plano. Há também a alternativa de permuta do montante por ações de sociedade de propósito específico (SPE), que terá a QGE como holding; e a troca de 10% dos créditos por debêntures emitidas pela SPE e 90% por bônus de subscrição de ações ordinárias da mesma empresa. No caso da Eng Participações, responsável por uma impugnação contra a QGE, a acusação de conflito de interesse envolvendo credores, que também seriam acionistas da empresa, não foi aceita pelo juiz.

Segundo o advogado da empresa, Ronaldo Cramer, do escritório Nunes Ferreira, Vianna Araújo, Cramer, Duarte Advogados, se o grupo entrar com recurso contra a decisão, eles retomarão esse argumento. “Apesar da vitória, vamos insistir no argumento de conflito de interesse.” Segundo ele, a situação da QGE ficou bastante complicada, uma vez que é muito difícil fazer uma recuperação para cada empresa. “Isso dificulta a reestruturação.” A decisão é ruim também para todo o grupo Queiroz Galvão, que tenta há mais de dois anos fazer uma reestruturação das dívidas de R\$ 10 bilhões com bancos. Uma recuperação judicial de toda a holding não está descartada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/03/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Produtores mantêm altos os preços do petróleo

Os elevados níveis das cotações do petróleo nas bolsas internacionais, próximos de US\$ 67 o barril do tipo Brent, refletem a força de um mercado marcado por fatos relevantes. Em fevereiro a oferta diminuiu em decorrência do agravamento dos problemas na Venezuela e da queda da produção do Canadá, no entanto os EUA ocupam papel cada vez mais importante na oferta, graças à produção de shale gas. Segundo a edição de março do Relatório do Mercado do Petróleo, da Agência Internacional de **energia** (IEA, na sigla em inglês), os EUA contribuíram, em 2018, com 79% da expansão da produção dos países que não fazem parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec), e em 2019 esse percentual deverá atingir 83%. Na Opec, a Arábia Saudita, detentora das maiores reservas do mundo, cortou sua produção em fevereiro com o objetivo de “remover o excesso de óleo do mercado”, segundo a publicação da IEA.

A volatilidade da economia global pouco afetou, portanto, o mercado de petróleo. A demanda caiu rapidamente no final do ano passado, principalmente

nos países da União Europeia e da Ásia, crescendo apenas levemente nas Américas. Mas houve queda da oferta suficiente para manter as cotações altas, favorecendo os produtores, inclusive o Brasil. Em editorial sobre o papel da oferta como mecanismo amortecedor contra baixas, os analistas da IEA não excluem o risco de um colapso na produção venezuelana, o que abriria oportunidades para outros produtores. A China e a Índia estão entre os grandes compradores de óleo da Venezuela. Sem as compras regulares dessa commodity para a América do Norte, a Rússia poderia embarcar para os EUA mais 150 mil barris/dia.

A queda da demanda por nações industrializadas é esperada tanto para 2019 como para os próximos cinco anos. A situação é diferente no Brasil. A demanda cresceu em 85 mil barris/dia entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019. A demanda para operações de tráfego aéreo avançou 3,4% entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018, embora tenha evoluído apenas 0,3% entre os meses de janeiro de 2018 e de 2019. A expectativa é de uma elevação da demanda no País de 60 mil barris/dia entre 2018 e 2019, em razão da aceleração do crescimento econômico. Para a Petrobrás, demanda e preços altos serão muito favoráveis

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/03/2019

Seção: Artigos

Autor: Eliane Cantanhêde

Título: Ganhos e perdas do Brasil nos EUA

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Nem a versão de que nunca antes neste País uma viagem do presidente brasileiro aos Estados Unidos teve tantos resultados maravilhosos, nem a crítica de que a primeira visita bilateral do presidente Jair Bolsonaro foi um fiasco marcado por um entreguismo humilhante. Objetivamente, a visita a Donald Trump rendeu decisões importantes no médio e longo prazos e o que chocou foi o excesso de ideologia e o esforço inédito do presidente brasileiro em agradar ao americano, afinando o discurso em praticamente todas as áreas. Bolsonaro levou anúncios e apoios concretos, mas trouxe de volta alguns acordos fechados e acenos a serem materializados. Ele dispensou americanos (além de canadenses, australianos e japoneses) de vistos, sem contrapartida, e apoiou o muro entre os EUA e o México, que equivale a um muro entre a potência EUA e uma América Latina incômoda.

De que lado desse muro o Brasil está? Não é mais latino-americano? Também na linha de agradar a Donald Trump, Bolsonaro foi para cima dos imigrantes ilegais brasileiros nos EUA. A maioria deles, acusou, “tem más intenções”. Pegou tão mal que Bolsonaro teve de pedir desculpas em público e o Planalto mandou retirar e

depois “editar” a entrevista no site oficial. O pior, porém, foi Bolsonaro apoiar a reeleição de Trump em 2020. Nada poderia ser tão antidiplomático, tão surpreendente. E se Trump não disputar? E se sofrer impeachment? E se perder para os democratas? A posição do presidente brasileiro configura ingerência em assuntos internos e pode custar caro ao Brasil mais adiante. Curioso fazer o cruzamento entre as manifestações do presidente e do seu filho, deputado Eduardo Bolsonaro. Foi ele, Eduardo, quem primeiro meteu na cabeça um boné com a inscrição “Trump 2020” e disse que os pobres imigrantes brasileiros – que, aliás, votaram em massa em Bolsonaro – são “uma vergonha”. E também foi Eduardo quem declarou que “o Brasil” apoia a decisão (ou obsessão) de Trump de construir um muro entre o seu país e o México.

Que “Brasil”, cara pálida? Se Eduardo Bolsonaro brilhou, ofuscou o chanceler Ernesto Araújo e deixou o Itamaraty de lado, a filha e o genro de Trump, Ivanka e Jared Kushner, assim como o secretário de Estado, Mike Pompeo, não deram o ar da presença. Se a visita de Bolsonaro era tão importante, como eles sumiram e o secretário de Estado viajou? A ausência de Pompeo foi pretexto para excluir Araújo da reunião de Trump e Bolsonaro no Salão Oval, da qual só Eduardo participou. Nesse tipo de reunião, participam pelo menos chanceleres, ministros da Economia, embaixador em Washington, subsecretário para o Hemisfério Ocidental, tomadores de notas. Virou um tête-à-tête, com Eduardo de quebra.

Bolsonaro também ajustou o tom brasileiro sobre a Venezuela ao gosto de Trump. Enquanto generais e diplomatas brasileiros são veementes ao dizer “não” para uma ação militar, Bolsonaro foi vago, falou que discussões secretas não são reveladas e, mais tarde, acrescentou: “diplomacia em primeiro lugar, até as últimas consequências”. Ficou claro que a possibilidade, por mais absurda, está “on the table”. Bolsonaro tem de enfrentar uma negociação duríssima para obter o maior troféu da viagem: o aval dos EUA para entrar na OCDE. Trump condicionou o apoio à decisão do Brasil de abrir mão dos privilégios que a OMC concede a países emergentes. Ou seja: o Brasil vai ter de renunciar à condição de emergente e se arvorar desenvolvido. A única coisa que não pode acontecer é o Brasil abdicar já da condição preferencial da OMC e ficar esperando dois ou três anos para entrar, se entrar, na OCDE. As duas medidas têm de ser, no mínimo, simultâneas. Quanto ao reconhecimento do Brasil como aliado extra-Otan dos EUA, é basicamente um título honorífico.

A Argentina já o ostenta desde 1998. E daí? Bem, o acordo de salvaguardas para o uso comercial da Base de Alcântara (MA), negociado por 20 anos, é um bom negócio para ambos. Uma enorme economia para eles, como admitiu Trump. Uma janela de oportunidades para nós, como todos reconhecem. E houve acordos importantes nas áreas de **energia**, defesa e segurança, além de promessas de abertura comercial e conversas sobre agricultura. Logo, foi bom, como sempre foi bom. FHC trouxe US\$ 40 bilhões do FMI para enfrentar a crise

do Brasil do início dos anos 2000. Lula acertou uma grande reestruturação das relações bilaterais, com impacto muito positivo para o Brasil. A diferença é que nunca antes neste País o presidente se esforçou tanto para dizer amém a tudo que Washington quer.

A viagem seguinte do presidente foi ao Chile, onde os países da América do Sul descartaram a Unasul e começaram a construir o Prosul. A Unasul foi uma ideia megalomaníaca do venezuelano Hugo Chávez, até com banco e agência de notícias comuns, na era do “bolivarianismo”. Chávez morreu, a Venezuela afundou e houve a forte guinada da esquerda para a direita na região. O Prosul reflete isso. Trata-se de um fórum de debates e de desenvolvimento com nítido carimbo liberal.

A próxima parada de Bolsonaro é Israel, um dos focos da política externa brasileira na “nova era”. Há um problema de oportunidade, já que o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu, aliado de Bolsonaro, foi indiciado por corrupção. Mas, antes mesmo da viagem, o Brasil já revê sua posição histórica na ONU e votou ontem, em Genebra, contra uma resolução que pede o fim da ocupação israelense nas Colinas do Golan, a libertação de sírios presos em complexos israelenses e condena violações de direitos humanos. O Brasil, portanto, votou do jeitinho que Trump gosta.

Data: 23/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Punido o posto da Lava-Jato

Sabe o posto de gasolina que deu origem, cinco anos atrás, ao nome da operação Lava-Jato? Foi condenado administrativamente pela ANP e terá de pagar três multas, num total de R\$ 36 mil, além de uma suspensão por dez dias. As punições ao Posto da Torre, em Brasília, são por “equipamento defeituoso” e por não manter atualizado os documentos necessários. Não foi a primeira vez. O posto já teve a autorização cassada em 2002 e 2006.

REPÚBLICA DOS TOSCOS

Carlos Bolsonaro, no comando de um grupo de adoidados digitais, resolveu cutucar Rodrigo Maia, peça importante na aprovação das reformas. O que o governo do seu pai ganha com o pitbull mimoso toda hora fazendo pirraça? E o país?

Calma, gente!

De Marcelo Freixo, que vive cercado de seguranças, claro, sobre a intenção de alguns vizinhos de expulsá-lo do prédio onde mora na Zona Sul por temor de algum atentado, como aconteceu com Marielle: — Se o Moro ou o Bretas fossem moradores do prédio, a postura seria a mesma? Afinal, também andam com escoltas e são ameaçados. Como seria? O incômodo é com a insegurança política que estão sentindo. Isso passa!

MME / ASCOM .